

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CAE do Senado vota desoneração com apoio dos líderes3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo dos Estados pode ter pequeno "incremento", diz Haddad5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI: 53% dos brasileiros apostam que economia vai melhorar nos próximos meses7

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: Braga apresenta relatório hoje no Senado. Veja as principais mudanças
que ele vai propor9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator negocia alíquota reduzida do IVA para os profissionais liberais10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad tem semana decisiva para tentar aprovar projetos12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cúpula do Congresso concentra força inédita e cria desafio para governo Lula13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crise climática ganha força sob Lula, mas articulação é desafio16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Maioria dos acordos com a PGFN prevê uso de prejuízo fiscal19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda abrirá negociação sobre PIS/Cofins21

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A conta-gotas23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad e Braga acenam a estados25

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renovação da desoneração é medida urgente (Editorial)27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento e os investimentos (Artigo)28

Terça-Feira, 24 de Outubro de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O flerte da Argentina com o abismo (Editorial).....30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Dinheiro nasce em árvore: a revolução verde no PIB é agora (Artigo).....32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Campos Neto vê impacto de aperto da liquidez global em emergentes.....33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juros altos nos EUA limitam espaço para cortes de taxas na AL.....34

CAE do Senado vota desoneração com apoio dos líderes



Vanderlan Cardoso, presidente da CAE: "Pode ser que ele [Lula] veto, mas a derrubada do veto é praticamente certa"

Caetano Tonet e Julia Lindner

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado vota nesta terça-feira (24) o projeto de lei que prorroga até 31 de dezembro de 2027 a desoneração da folha de salários dos 17 setores que mais empregam no país. A proposta tem apoio das lideranças dos principais partidos, a despeito da resistência do governo.

Em seu relatório, o senador Angelo Coronel (PSD-BA) decidiu pela rejeição do texto da Câmara dos Deputados, retomando o parecer original. A proposta possibilita que as empresas desses setores paguem alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha.

O relator estendeu a medida a municípios com a população inferior a 142,6 mil habitantes. Essas cidades teriam a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha reduzida de 20% para 8%. No texto aprovado na Câmara, os deputados ampliaram a medida para todos os municípios, mas de maneira escalonada.

Se o parecer do relator for aprovado na CAE, o texto só irá para o plenário se houver recurso apresentado em até 48 horas. Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que, caso isso ocorra, ele colocará o projeto para

deliberação "o mais brevemente possível".

Segundo o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), a questão dos municípios é o ponto de maior resistência do Executivo. "O governo quer alterar o PL no que diz respeito à desoneração de municípios.

O governo quer ponderar que considera que é prioritário a aprovação da **reforma tributária**.

Nós vamos antes de tudo dialogar fazendo esses dois apelos amanhã à CAE", afirmou Randolfe.

Ao Valor, o relator afirmou que não irá retirar a desoneração dos municípios do parecer. "Eu não vou retirar do meu texto em hipótese nenhuma", declarou Coronel.

O presidente da CAE, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), acredita que o governo não tentará levar a matéria ao plenário da Casa. "Não acredito que eles vão fazer mais alguma manobra.

Se for ao plenário, o governo ganha o quê? Um dia? A pressão é tanta que bota para votar no mesmo dia", ponderou.

Perguntado sobre a possibilidade de veto por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Vanderlan disse que a medida geraria um desgaste para o Executivo, pois o Congresso derrubaria o veto. "Não sei se o Lula vai querer correr esse risco. Pode ser que ele veto, mas a derrubada do veto é praticamente certa", argumentou o senador.

Os setores afetados pela desoneração têm pressa pela aprovação do projeto. Seus representantes afirmam que a medida impactará diretamente o planejamento das empresas e a manutenção de empregos.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Suruagy, afirma que há um sentimento de insegurança nas companhias do setor.

"A atual desoneração termina em 31 de dezembro próximo e, neste momento, a insegurança toma conta

das empresas, que sequer sabem se terão condições de manter a folha de pagamento no ano que vem", pontuou. "Teríamos demissões de até 25% dos trabalhadores, que em grande parte são mulheres e jovens em seu primeiro emprego, apenas no setor de telecomunicações, já a partir de dezembro, antes da mudança da regra. Devemos lembrar o enorme impacto social que as demissões causariam." O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato de Sousa Correia, alerta que as empresas do setor trabalham com planejamento de longo prazo e a não aprovação da matéria pode impactar, não só futuros empregos, mas acarretar uma insegurança jurídica em relação aos contratos firmados.

"Nosso setor é de longo prazo.

As obras duram muitas vezes por anos e você contrata com base na premissa da legislação vigente.

Se ela muda, você desequilibra os contratos. É mais burocracia e mais custo administrativo. É realmente negativo para o setor se isso não for aprovado", destacou.

A expectativa era que a votação ocorresse na semana passada, mas ela foi adiada depois de um pedido de vista da senadora Augusta Brito (PT-CE).

Questão dos municípios é o ponto de maior resistência
Randolfe Rodrigues

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
CAE do Senado vota desoneração com apoio dos líderes

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187695?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187695?page=1§ion=1)**

Fundo dos Estados pode ter pequeno "incremento", diz Haddad



Haddad: "Nosso objetivo é não trabalhar com limites apertados, vamos buscar votação expressiva em paralelo ao que foi conseguido na Câmara"

Estevão Taiar, Jéssica Sant'Ana e Julia Lindner

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa segunda-feira (23) que concordou em "incrementar um pouco" o valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) a ser criado com a **reforma tributária dos impostos** que incidem sobre o consumo. O objetivo, disse, será angariar o apoio dos governadores e conseguir uma aprovação expressiva ao texto no Senado, em linha com o obtido na Câmara dos Deputados.

O FDR terá como objetivo reduzir as desigualdades regionais e será pago pela União aos Estados.

Pelo projeto aprovado na Câmara, o Tesouro deve aportar R\$ 8 bilhões a partir de 2029, chegando a R\$ 40 bilhões anuais a partir de 2033, em valores a serem atualizados pela **inflação**. Os governadores pedem aportes anuais que fiquem entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões.

Haddad não informou qual valor será proposto pelo governo, mas disse que será um "incremento" que vai atender aos interesses dos governadores. "Nós vamos ampliar um pouco, num patamar suficiente para atender o pleito", disse. Segundo o ministro, a equipe técnica da Fazenda está fechando uma contraproposta para ser apresentada ao relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

"O relator Eduardo Braga colocou a importância desse tema para os governadores, para que a proposta angarie votos necessários para votação de uma emenda constitucional. Nosso objetivo é não trabalhar com limites apertados, vamos buscar votação expressiva em paralelo ao que foi conseguido na Câmara", afirmou o ministro da Fazenda.

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também avaliou que a sinalização da equipe econômica de ampliar o FDR é "importante para garantir a votação [da **reforma tributária**]" no Senado. A votação da reforma está prevista para até o dia 9 de novembro. Se o texto passar por mudanças de mérito, terá de retornar para nova apreciação da Câmara. O governo quer que o texto seja promulgado até o fim do ano.

O parecer da **reforma tributária** deve ser apresentado ainda nesta semana por Eduardo Braga.

Ele adiantou que a primeira versão já está pronta e que vai propor, no relatório, tratamentos específicos para profissionais liberais e os setores de bens de capital e saneamento básico.

"Estamos voltando ao princípio das PECs [propostas de emenda à Constituição] 45 e 110 quando foram apresentadas", disse Braga, destacando a importância que bens de capital e saneamento tinham nos dois textos que deram origem à **reforma tributária** em tramitação no Congresso.

O senador afirmou que buscou ser "seletivo e restritivo" na escolha dos regimes diferenciados e que "o texto que veio da Câmara precisava de ajustes." Além disso, o parecer vai propor que a cada cinco anos seja realizada uma "revisão dos regimes diferenciados, com análise do custo-benefício", o que "é um importante sinal para o mercado e a nação brasileira".

Mesmo assim, neste primeiro momento, profissionais liberais terão uma alíquota diferenciada, cujo patamar ainda não foi decidido, informou o parlamentar.

"Existem aqueles profissionais que estão no Simples e aqueles que estão acima do Simples.

A carga tributária aprovada pelo texto da Câmara aumentava o tributo sobremaneira para esses profissionais [acima do Simples]", disse.

A ideia do relator é não ficar nem com a alíquota padrão e nem estabelecer uma que acabe "forçando que eles desmontassem a pejetização dessas profissões", causando um "retrocesso" com o "retorno" de muitos desses profissionais para o Simples.

Braga ainda disse que a "trava da carga tributária está assegurada" no texto e será calculada com base em uma fórmula matemática. "É uma equação [móvel] que representa o período anterior à implantação [da reforma] e durante a implantação que vai aferindo carga tributária", disse.

Sobre ampliação do FDR, ele comentou que, "quanto mais robusto" for o valor do fundo, "mais robusta será a política de desconcentração da economia".

"A trava da carga tributária está assegurada" Eduardo Braga

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187695?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187695?page=1§ion=1)**

CNI: 53% dos brasileiros apostam que economia vai melhorar nos próximos meses

Correio Braziliense

A economia brasileira vai melhorar nos próximos seis meses. Essa é avaliação de 53% dos brasileiros acima de 16 anos, de acordo com o Retratos da Sociedade Brasileira- Economia e população, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para 22% da população, a situação tende a piorar e 21% acreditam que nada deve mudar. Foram ouvidas 2.004 pessoas nas 27 unidades da Federação, entre 14 e 19 de setembro de 2023.

"A percepção mais positiva da população para os próximos seis meses é importante, pois afeta as decisões de consumo. Mas o Brasil precisa de política industrial moderna, focada em inovação, e da reforma tributária para atrair investimentos e crescer de forma sustentada. O crescimento econômico é essencial para aumentar a qualidade de vida da população", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A pesquisa mostra que 24% da população considera boa ou ótima a situação atual da economia, 36% afirmam que a situação é regular e 38% dizem que a situação é ruim ou péssima.

A percepção varia conforme a região. No Nordeste, 32% afirmam que o desempenho da economia está ótimo ou bom e 30% ruim ou péssima. No Norte e Centro-Oeste, o percentual de quem assinalou ótima ou boa caiu para 23% e a avaliação de que está ruim ou péssima sobe para 44% dos entrevistados. No Sudeste, 20% marcaram ótima ou boa e 39% assinalaram ruim ou péssima. O Sul tem a pior percepção: a avaliação de 18% da população é de que a economia está ótima ou boa e 43% afirmam perceber a economia como ruim ou péssima.

Apesar da avaliação menos positiva sobre o momento atual da economia, 45% da população considera que a situação já foi pior. Este é o percentual de brasileiros que afirmam que a economia melhorou nos últimos seis meses. E, entre os que consideram a situação da economia atual como ruim ou péssima, 17% avaliam que ela está melhor do que no primeiro trimestre.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/10/5136855-cni-53-dos-brasileiros-apostam-que-economia-vai-melhorar-nos-proximos-meses.html>

Reforma Tributária: Braga apresenta relatório hoje no Senado. Veja as principais mudanças que ele vai propor

O relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), promete apresentar hoje a sua versão para a proposta de emenda constitucional (PEC) que reestrutura o sistema de cobrança de **impostos** sobre o consumo. Ele pretende propor alterações ao texto aprovado na Câmara dos Deputados no primeiro semestre deste ano.

Braga disse ontem que vai protocolar o relatório da **Reforma Tributária** até a noite de hoje. A apresentação e a leitura do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverão ocorrer na tarde de amanhã. A expectativa de Braga é votar o texto no plenário do Senado entre os dias 7 e 9 de novembro.

Ontem, Braga afirmou que vai incluir na proposta uma alíquota diferenciada para profissionais liberais, como médicos, arquitetos, dentistas, engenheiros e advogados. Será um quinto tipo de taxa, menor que a alíquota cheia do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), mas maior que a alíquota especial, com desconto de 60%, concedida a alguns setores. Braga não quis detalhar o número.

O IVA é o resultado da junção dos **impostos** federais, estaduais e municipais sobre o consumo, proposta pela reforma.

- O que aconteceu é que tem uma situação com os profissionais licenciados (liberais), eles precisavam que a gente tivesse uma calibragem. Houve uma negociação e ainda estamos terminando essa negociação. Você tem aqueles profissionais que estão no Simples e aqueles que estão acima do Simples. A reforma da Câmara aumentava o tributo sobremaneira para esses profissionais. Então, nem tanto, nem tão pouco - afirmou Braga após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo o senador, se esses profissionais fossem obrigados a pagar a alíquota geral, estimada em 25% pelo governo e que pode chegar a 27%, eles poderiam ser obrigados a desmontar a chamada "pejotização" existente atualmente. Isso, em sua visão, seria um "retrocesso". Com isso, esses profissionais liberais serão outra exceção à alíquota geral para todos setores da economia.

O senador explicou que, caso não fosse fixada uma alíquota diferenciada para esses profissionais liberais, os grandes escritórios de advogados, contadores e engenheiros poderiam ter de migrar para o Simples - sistema de pagamento simplificado, mas que conta com limites de faturamento (de até R\$ 4,8 milhões por ano para empresas de pequeno porte).

Braga também disse ontem que deve incluir em seu relatório uma revisão, a cada cinco anos, de incentivos concedidos a alguns setores da economia. A Fazenda vem dizendo recorrentemente que a quantidade de exceções na reforma será determinante para definir o valor da alíquota do imposto sobre bens e serviços decorrente da reforma.

O argumento é que, quanto mais exceções, maior a alíquota-base para manter a atual arrecadação do governo.

Um dos principais entraves para evolução do relatório é a definição de um valor para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que vai compensar estados e municípios por possíveis perdas de arrecadação com a mudança no sistema de **impostos**.

Para destravar a votação da proposta, Braga propôs aumentar os recursos desse fundo, sem dizer qual o valor. O texto aprovado pela Câmara em julho prevê, para o FDR, a partir de 2029, um valor progressivo até atingir o patamar anual de R\$ 40 bilhões em 2033. O ministro da Fazenda concordou.

- Vamos ampliar um pouco. Acho que num patamar suficiente para atender. O importante é votar a reforma - disse Haddad.

Braga já disse que os estados pleiteiam um forte incremento desses recursos, para algo entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões por ano a partir de 2033.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/24/reforma-tributaria-braga-apresenta-relatorio-hoje-no-senado-veja-as-principais-mudancas-que-ele-vai-propor.ghtml>

Relator negocia alíquota reduzida do IVA para os profissionais liberais

BIANCA LIMA ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO

O relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), disse ontem que os profissionais liberais que têm atividades regulamentadas deverão ter uma alíquota reduzida do novo IVA, o Imposto sobre Valor Agregado, que vai unificar cinco **tributos** existentes atualmente. Nesta categoria, estão incluídos médicos, advogados, contadores, engenheiros, dentistas e arquitetos, dentre outros.

"Tem aqueles (profissionais liberais) que estão no Simples e aqueles que estão acima do Simples.

A carga tributária, aprovada pelo texto da Câmara, aumentava o tributo sobremaneira para esses profissionais. É aquele ditado: nem tanto nem tão pouco", disse Braga, ontem depois de reunião no Ministério da Fazenda com o ministro Fernando Haddad e o secretário extraordinário para a **reforma tributária**, Bernard Appy.

Segundo ele, o percentual da nova alíquota - a quarta a ser criada no âmbito da reforma, como antecipou o Estadão - ainda está em negociação entre a equipe econômica e as entidades representativas.

Pessoas a par das discussões afirmam que o desconto, em relação à alíquota cheia, deve ficar entre 30% e 40%.

"Há uma pretensão na proposta apresentada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e há uma contraproposta, mas acredito que vai dar entendimento", disse o relator, que fechará hoje seu parecer sobre a reforma. A expectativa é de que o texto seja lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado amanhã à tarde.

CUSTO-BENEFÍCIO. Questionado sobre a quantidade de exceções que o relatório trará, Braga não cravou um número, mas disse que a PEC irá prever revisões a cada cinco anos, com análise de custo-benefício. "Isso é um importante sinal para o mercado, de que o Congresso fará uma revisão dos regimes diferenciados para ver se eles se justificam", disse.

A mudança acata parcialmente sugestão do Tribunal de Contas da União (TCU), que havia recomendado

avaliações anuais.

Em seu relatório, o TCU marca posição ao reforçar que o melhor modelo tributário para promover o crescimento do País é o que tem uma base ampla de incidência, que engloba todo o consumo final, e uma taxa única de imposto. Para o tribunal, as isenções e as taxas reduzidas não são a forma mais eficaz de se alcançar a redução das desigualdades, e beneficiam mais as famílias mais ricas do que as categorias de menor renda da população.

A versão da reforma aprovada pelos deputados previu três alíquotas: a cheia, chamada de referência; uma de 40% da cheia (portanto, com 60% de desconto), chamada de reduzida, que hoje contempla nove segmentos; e outra zerada - para produtos da cesta básica nacional e medicamentos de combate ao câncer. Além de cinco regimes tributários diferenciados.

Essa quarta alíquota em discussão serviria para atender às pressões dos descontentes, que têm encontrado eco junto aos senadores - a nova faixa atende ao lobby principalmente da OAB, que pediu ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a outros líderes tratamento diferenciado a profissionais liberais.

Inicialmente, a OAB sugeriu a criação de um regime específico próprio, como a reforma já prevê a setores como financeiro, hotelaria e restaurantes. Braga indicou, porém, que o caminho será o da redução de alíquotas. Mas já existem emendas apresentadas por senadores para tratar essas atividades como exceção.

Uma proposta do senador Angelo Coronel (PSD-BA), por exemplo, sugere a criação do regime diferenciado para as categorias, com o argumento de que o regime apartado existe desde os anos 1960 e evita que o pagamento do tributo sobre o consumo se confunda com o Imposto de Renda, uma vez que é o próprio trabalho o fato gerador da tributação.

Braga também sinalizou que dará um tratamento diferenciado à área de saneamento básico e aos bens de capital, que incluem máquinas e equipamentos.

Além disso, reafirmou que o parecer trará uma trava para a carga tributária do País - um pleito do setor

produtivo, que teme aumento generalizado de **impostos**.

"O texto aprovado na Câmara aumentava muito o tributo para esses profissionais" Eduardo Braga
Senador (MDB-AM)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad tem semana decisiva para tentar aprovar projetos

MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem uma semana decisiva no Congresso, com três votações importantes na área econômica e costuras políticas que vão determinar sua capacidade de cumprir as promessas feitas na área fiscal.

A **reforma tributária** chega à fase do "mata-mata" no Senado, como definiu o senador Efraim Filho (União-PB), e também está na previsão de senadores aprovar a desoneração da folha de pagamentos, projeto ao qual o governo se opõe e que pode ter impacto próximo a R\$ 20 bilhões por ano aos cofres públicos.

Na agenda da Câmara, depois de duas semanas de ausência do presidente, Arthur Lira (PP-AL), que voltou de viagem, a expectativa é de que o projeto de taxa dos fundos dos muito ricos, que tranca a pauta desde a semana passada, seja colocado em votação, segundo previsão do relator, Pedro Paulo (PSD-RJ).

A confirmação, no entanto, depende de reunião hoje de Lira com líderes partidários - que promete reunir insatisfeitos com o atraso no pagamento represado de emendas e nomeações para cargos políticos, como as presidências da Funasa e da Caixa.

REFORMA TRIBUTÁRIA. No Senado, o relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), pretende apresentar seu parecer na noite de hoje, e iniciar os debates amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), primeira etapa para a votação na Casa.

Sua previsão é concluir a aprovação da proposta no Senado entre os dias 7 e 9 de novembro.

A reforma tem de passar por dois turnos de votação no plenário da Casa, com o apoio de 49 dos 81 senadores, por se tratar de uma PEC. Em reunião ontem no Ministério da Fazenda, Braga voltou a dizer que fará alterações no texto aprovado na Câmara.

Entre as mudanças, indicou que vai propor uma quarta faixa de tributação, como antecipou o Estadão, e ampliar o valor do Fundo de Desenvolvimento Regional a ser repartido entre os Estados.

Desde a semana passada, Haddad tem telefonado a senadores para falar sobre a reforma e, ontem, também tratou do assunto com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSDMG).

O ministro afirmou que a Fazenda está preparando uma contraproposta para ampliar os aportes ao fundo. A proposta aprovada na Câmara prevê R\$ 40 bilhões por ano, e os Estados pleiteiam R\$ 75 bilhões anuais.

O tema é especialmente sensível no Senado, onde cada Estado tem peso igual e a aprovação depende do apoio mais disseminado de regiões e segmentos do País. O ministro tem ouvido que o cenário está adverso para o governo na Casa, em razão de uma agenda difusa de insatisfações que incluem o marco temporal e quedas de braço por indicações políticas a cargos no governo.

Fundo regional Ministro tenta baixar proposta de estados que querem R\$ 75 bi anuais de aportes em fundo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cúpula do Congresso concentra força inédita e cria desafio para governo Lula

ANDRÉ SHALDERS DANIEL WETERMAN

Alterações no funcionamento do Legislativo nos últimos anos mostram que os comandantes atuais do Congresso têm mais força para travar ou fazer andar a agenda de votações.

Inovações que começaram com a pandemia de covid-19 representam hoje um desafio extra para o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O chefe do Executivo tem de lidar não só com um Congresso fortalecido em relação aos outros poderes, mas também com uma cúpula que concentra bem mais autoridade nos presidentes da Câmara e do Senado em comparação aos antecessores.

O Estadão vai mostrar, em uma série de reportagens, o funcionamento de mecanismos que deram à cúpula do Congresso esse poder inédito.

O cenário passa pelo uso político das sessões híbridas, que admitem a participação via internet; a diminuição dos instrumentos da minoria para obstruir votações; a substituição das comissões permanentes por "grupos de trabalho" informais ou comissões especiais; e o uso de pedidos de urgência, entre outras ferramentas.

O fenômeno é mais intenso na Câmara, mas acontece também no Senado. "São dois processos concomitantes. Um deles é o fortalecimento do Legislativo em relação aos outros poderes.

E o outro é o de centralização (das decisões) na Câmara.

No Senado, o processo ocorre residualmente, mas na Câmara isso tem um impacto maior", disse a professora Graziella Testa, da Escola de Políticas Públicas e Governo da FGV.

Para ela, o grande número de partidos - são 23 legendas na Câmara - pode ser uma das causas da concentração de poderes na figura do presidente.

"Quando você tem poucos partidos com poder relevante, é mais fácil que esses tenham uma participação efetiva junto ao presidente da Mesa." SESSÕES ONLINE. Na Câmara, o processo começa com um ato da Mesa (o de n.º 123 de 2020) que

disciplinou a realização de sessões online, em função da covid-19. "Nesse ato, que determinava como iam ser as sessões remotas, já havia um grande cerceamento desses instrumentos de obstrução da minoria no plenário", destacou Graziella.

Quase dois anos depois, em março do ano passado, outro ato da Mesa (o 227) tornou definitiva a solução temporária, sob o nome de Sistema de Deliberação Remota (SDR). O único critério para decidir se a sessão será online ou não é a vontade do presidente.

Na avaliação da professora da FGV, a possibilidade de usar sessões híbridas "se tornou uma nova opção na caixa de ferramentas do presidente da Câmara", uma vez que ela facilita a votação de projetos nos quais há interesse, mesmo que os deputados estejam fora de Brasília. Isso torna quase impossível para a oposição derrubar uma votação por falta de quórum. "Com a sessão híbrida, isso desaparece. Porque o custo para o parlamentar participar da sessão fica praticamente zero. Ele (deputado) só precisa de um celular com internet", afirmou Graziella.

MEDIDAS. A concentração de poder a cúpula do Congresso coincide com o aumento da influência do Legislativo sobre o Executivo, muito maior do que o experimentado por Lula nos mandatos anteriores. Em 2003, quando assumiu a Presidência pela primeira vez, Lula conseguiu aprovar 54 medidas provisórias e não perdeu nenhuma.

Neste ano, 17 já perderam a validade e apenas sete foram aprovadas.

No primeiro ano do primeiro mandato, 28% dos projetos que viraram lei foram de autoria do presidente da República.

Neste ano, até ontem, o percentual era menor, de 18%. No orçamento, o Executivo controlava toda a despesa do governo federal. Agora, convive com um Congresso dominando 18% dos gastos não obrigatórios por meio das emendas parlamentares.

Além das emendas, o governo Lula entregou parte do primeiro escalão para a cúpula do Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), colocou o deputado André Fufuca (PP-MA) para comandar o Ministério do Esporte e Celso Sabino (União Brasil-PA)

como ministro do Turismo. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por sua vez, tem dois aliados na Esplanada: o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG), e o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD-MT).

"KIT OBSTRUÇÃO". No jargão do Congresso, o "kit obstrução" é uma série de manobras regimentais das quais a oposição pode lançar mão para tentar impedir uma votação de acontecer.

A minoria pode, por exemplo, pedir a "verificação de quórum" e demandar a votação de sucessivos requerimentos de retirada de pauta. Em maio de 2021, já sob Lira, a Câmara aprovou resolução limitando severamente esses instrumentos do "kit obstrução".

Crítica do atual comando da Casa, a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) disse que o Legislativo vive uma "ditadura" interna. "Muito se fala da ditadura do Judiciário. Mas temos uma ditadura que não se comenta: a ditadura no Legislativo, em que os presidentes das Casas concentram poder absoluto nas pautas e no orçamento do País", afirmou.

O deputado Marcelo Ramos (PSD-AM) foi o relator da resolução.

Ele defendeu as mudanças e disse que o "kit obstrução", como existia antes, impedia a maioria de se expressar no voto. "A obstrução é instrumento legítimo da democracia.

Mas chegar ao momento de votar e a maioria se expressar é tão ou mais legítimo que a obstrução. Você não pode ter uma obstrução que impeça a maioria de exercer seu poder de maioria. Isso não é democracia", declarou. "Serve para um governo e para outro." Para o cientista político Cláudio André de Souza, professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), o fortalecimento do Legislativo é "conjuntural". "Há um fortalecimento institucional do Legislativo, mas isso não necessariamente significa um fortalecimento da representação política. Nas pesquisas de opinião, o Legislativo continua amargando desconfiança." COMISSÕES. Sob Lira, a presidência da Câmara também passou a substituir as comissões permanentes - nas quais os integrantes são escolhidos de acordo com as bancadas dos partidos - por grupos de trabalho informais. Uma inovação que permite ao comando da Casa decidir quais deputados discutirão o assunto.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com a **reforma tributária**.

A proposta foi formulada por um grupo de trabalho

escolhido por Lira e votada diretamente no plenário. O arcabouço fiscal também foi submetido diretamente ao plenário, mas sem grupo ou comissão. O relatório foi escrito sob a batuta do presidente da Câmara.

"Esse ponto talvez seja uma das maiores novidades, pois agora o presidente pode escolher fazer grupos de trabalho que são 100% informais. Regimentalmente, eles só poderiam ser usados para fazer a consolidação de leis. Não se discutiria mérito nos grupos de trabalho", afirmou Graziella.

"Foi o que ele fez na minirreforma eleitoral. Ele discute no grupo de trabalho e já impõe urgência e puxa para o plenário.

No grupo de trabalho, ele escolhe quem ele quer para compor. Nas comissões, depende dos partidos", observou a professora da FGV.

"Há um fortalecimento institucional do Legislativo, mas isso não necessariamente significa um fortalecimento da representação política" Cláudio André de Souza Cientista político e professor da Unilab

"Você não pode ter uma obstrução que impeça a maioria de exercer seu poder de maioria. Isso não é democracia" Marcelo Ramos (PSD-AM) Deputado

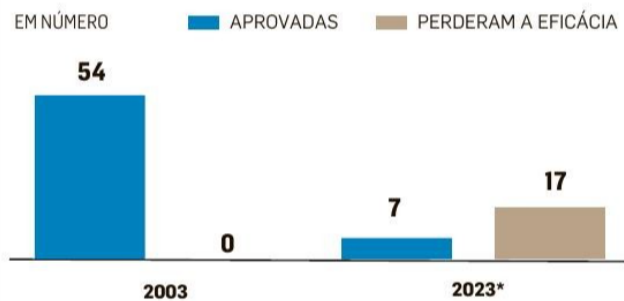
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

DINÂMICA DE FORÇAS

Concentração de poder da cúpula do Congresso coincide com aumento da força do Legislativo sobre o Executivo

Medidas provisórias - Lula 1 e Lula 3

Propostas aprovadas e que perderam a eficácia nos primeiros anos de cada mandato



Orçamento da União - Lula 1 e Lula 3

Despesas controladas pelo governo e emendas parlamentares



FONTES: PAINEL DO ORÇAMENTO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

articulação é desafio

[illegible]

Estevão Tajar

Depois do retrocesso na política ambiental durante os quatro anos do governo Jair Bolsonaro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem ampliando e intensificando as ações de combate às mudanças climáticas. O assunto tem sido uma das principais bandeiras levantadas por Lula em suas viagens ao exterior. Mas a falta de uma articulação clara dentro do governo pode tornar os esforços mais dispersos e menos eficazes, na avaliação de especialistas.

Levantamento do Instituto Talanoa, que acompanha políticas climáticas, mostra que pelo menos 19 ministérios têm atualmente alguma secretaria, diretoria, departamento, programa ou ação voltada para o tema. Um dos protagonistas nessa frente é o Ministério da Fazenda.

Como exemplo da importância que a pasta tem dado para o tema, em julho, poucas horas depois de a Câmara aprovar a **reforma tributária**, o ministro Fernando Haddad apresentou para Lula em reunião de mais de duas horas o Plano de Transformação Ecológica. Contendo mais de cem ações diferentes para serem implantadas gradualmente até o fim deste mandato de Lula, o plano tem o objetivo de, ao mesmo tempo, "descarbonizar" a economia brasileira e impulsionar o crescimento econômico.

"No fundo é uma situação de ganha-ganha", afirma Rafael Dubeux, assessor especial de Haddad e o responsável pela elaboração do plano.

O conjunto de medidas é diverso, envolvendo desde obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) até medidas regulatórias para setores específicos. O plano também é ambicioso a ponto de Haddad afirmar que o conjunto de medidas "pode ser a grande marca" do terceiro mandato de Lula.

"Há dois, três meses eram só ideias colocadas", afirma Dubeux.

"Mas agora já há várias ações andando." Ele cita como exemplo o Plano Safra 2023/24, que ampliou as medidas voltadas à agropecuária sustentável, como juros mais baixos para produtores que têm o Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado.

A importância que o Plano de Transformação Ecológica ganhou dentro do governo é tamanha que em setembro, durante reunião com o americano Joe Biden, Lula pediu alguns minutos da atenção de seu colega para que Haddad, também presente no encontro, apresentasse as quatro ou cinco propostas mais importantes. A fim de prender a atenção de Biden, a ideia de Haddad era que elas coubessem na frente de uma folha A4.

Segundo relato ouvido pelo Valor, coube a Dubeux elencar na noite anterior à reunião essas propostas, entre as quais estavam o projeto de lei que regula o mercado de carbono e os títulos soberanos que serão emitidos no exterior para financiar políticas sustentáveis.

Apesar de o plano ainda estar quase todo no papel, o fato de fontes renováveis responderem por parte relevante da matriz energética brasileira já é suficiente para colocar o país em posição vantajosa, na avaliação do Ministério da Fazenda.

"Usando a eletricidade brasileira você já reduz a pegada de carbono e deixa o produto verde na largada", afirma Dubeux. "Isso é uma marca que tende cada vez mais a ser valorizada." O Ministério da Fazenda pretende divulgar até o fim do ano os custos do Plano de Transformação Ecológica. No entanto, a pasta acredita que o impacto sobre o Orçamento do

governo federal será pequeno, já que a maior parte das propostas poderá ser financiada com recursos internacionais ou realizadas por meio de mudanças regulatórias.

Além de Haddad e sua equipe, outro protagonista óbvio tem sido o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Integrantes do governo federal vêm destacando em público, no Brasil e no exterior, o fato de o desmatamento da Amazônia ter recuado aproximadamente 50% no acumulado de janeiro a setembro deste ano, em relação ao mesmo período de 2022.

O protagonismo de ambas as pastas tem sido exercido a despeito da recriação em junho do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM). Presidido pela Casa Civil e com a participação de outras 17 pastas, o CIM tem o objetivo de "acompanhar a implementação das ações e das políticas públicas" do governo federal na área, segundo **comunicado** divulgado na recriação do conselho. Também cabe ao CIM, entre outras funções, "as diretrizes para a ação do governo brasileiro nas políticas relacionadas à mudança do clima".

Um terceiro ministério de destaque é o da Ciência, Tecnologia e Inovação. A pasta investirá, por exemplo, R\$ 200 milhões em um supercomputador para aprimorar a capacidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de prever eventos climáticos extremos.

Os recursos são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Há ainda dezenas de iniciativas de outros ministérios que, em diferentes graus, se enquadram no combate às mudanças climáticas.

São elas: criação, pela Advocacia-Geral da União (AGU), da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente em janeiro; força-tarefa, envolvendo o Ministério da Defesa, que diminuiu em 80% o garimpo ilegal no Território Yanonami neste ano; apoio, pelo Ministério das Cidades, para que municípios atualizem seus planos diretores "sob a ótica da adaptação à mudança do clima"; criação, pelo Ministério de Minas e Energia, do Programa Combustível do Futuro; criação, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana; integração, pelo Ministério do Turismo, do Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAm) e do Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado (PPCerrado);

ampliação, pelo Ministério Direitos Humanos e da Cidadania, do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.

Para Dubeux, do Ministério da Fazenda, ainda que exista o "risco" de alguma desarticulação dentro do governo federal, é natural que a pasta exerça um protagonismo, dadas a abrangência do Plano de Transformação Ecológica e o interesse que as medidas vêm despertando no exterior.

"De qualquer jeito, é muito melhor que todos os ministérios estejam engajados no combate às mudanças climáticas", diz. Segundo ele, "todo mundo está remando no mesmo sentido" e as diferenças entre as pastas dizem respeito basicamente apenas à melhor maneira de implantar uma medida. "Pode ser um incentivo fiscal, um crédito." Para Natalie Unterstell, do Talanoa, a avaliação da política ambiental do terceiro mandato de Lula precisa levar em conta não só o fato de este ser o primeiro ano do governo, mas também a necessidade de reverter a direção adotada na gestão Bolsonaro.

Ainda assim, segundo ela, "as duas peças centrais no combate às mudanças climáticas estão andando bem": o combate ao desmatamento na Amazônia, embora "falte olhar para outros biomas", e o avanço no Congresso do PL do mercado de carbono. No entanto, a atuação mais ampla do governo está "meio como barata voa", com "uma série de iniciativas" que não representam "uma estratégia conectada". "O Haddad pegou essa agenda para si." Como exemplo da falta de um planejamento claro, ela afirma que o CIM se reuniu apenas uma vez desde que foi recriado. Também cita promessa feita durante a transição de governo e ainda não cumprida da criação de um conselho para tratar do tema com governadores e sociedade civil.

"Não existe o diálogo estruturado com a sociedade", diz. Passado o primeiro ano, de acordo com Natalie, o governo será avaliado de maneira mais rigorosa por quem acompanha o assunto.

Gustavo Pinheiro, coordenador de economia de baixo carbono do Instituto Clima e Sociedade, também afirma que nove meses "é pouco tempo para dar um cavalo de pau em um país", referindo-se mais uma vez ao legado do governo Bolsonaro. "Principalmente em um governo de coalizão, que traz grandes desafios." Mas Pinheiro também elogia o avanço do PL do mercado de carbono e a redução do desmatamento na Amazônia, classificadas como "agendas muito fortes e robustas". Ele critica, no entanto, o fato de 61% dos recursos do PAC direcionados à área de energia estarem ligados a

combustíveis fósseis. "Não veio o PAC verde, veio o PAC do passado." Ele também reconhece que a coordenação dentro do governo federal pode se tornar o maior problema. "É muito desafiador, nada trivial, estabelecer uma governança entre 18 ministros." Além das pastas citadas, o Valor procurou os outros ministérios envolvidos no combate às mudanças climáticas (Agricultura e Pecuária; Casa Civil; Cultura; Educação; Justiça e Segurança Pública; Relações Exteriores; Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Meio Ambiente e Mudança do Clima; Povos Indígenas), mas não teve resposta até a conclusão desta edição.

Esta é a segunda reportagem da série semanal sobre mudanças climáticas Ver também página A7

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187695?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187695?page=1§ion=1)**

Maioria dos acordos com a PGFN prevê uso de prejuízo fiscal



Advogados Sergio Villanova Vasconcelos e Ligia Ferreira de Faria: chance de usar prejuízo fiscal incentiva acordos com a Fazenda Nacional

Bárbara Pombo

A possibilidade de uso de prejuízo fiscal tem incentivado contribuintes a fechar acordos com a Fazenda Nacional - as chamadas transações tributárias. Levantamento do escritório Buttini Moraes Advogados, feito a pedido do Valor, mostra que em 68 % dos 66 firmados no primeiro semestre há a previsão de adoção desses créditos para o pagamento de dívidas tributárias.

Entre janeiro e junho deste ano, 45 transações individuais foram fechadas com a possibilidade de uso dessa "moeda" no país, de acordo com o levantamento realizado com base em dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). De agosto - quando passou a ser possível essa medida - a dezembro de 2022, foram apenas 15.

O volume total de acordos também aumentou, na mesma base de comparação. Passou de 45 para 66 - com e sem uso de créditos de prejuízo fiscal.

"Os números mostram que o interesse do contribuinte em transacionar com a Fazenda Nacional está relacionado com a chance de usar o prejuízo fiscal", afirma Sergio Villanova Vasconcelos, do Buttini Moraes Advogados.

"Não é só pela redução de multa e juros, como ocorreu em parcelamentos passados, como o Refis, mas em não gerar desembolso de caixa." Ligia Ferreira de Faria, do mesmo escritório, acrescenta que "a transação tributária sem a possibilidade de uso de prejuízo fiscal não é interessante". Para ela, levando-

se em consideração a quantidade de devedores de **tributos** no Brasil, o número de acordos com a Fazenda Nacional poderia ser bem maior.

De acordo com a PGFN, R\$ 58 bilhões foram regularizados até agora por meio de acordos individuais - pouco mais de 10% dos R\$ 498,1 bilhões regularizados em todas as modalidades de transação desde 2020. O estoque atual da dívida ativa da União é de aproximadamente R\$ 2,7 trilhões.

O uso de prejuízo fiscal do Imposto de Renda (IRPJ) e de base negativa de CSLL como "moeda" evita, na prática, desembolso de dinheiro pelos contribuintes. A Lei nº 14.375, de junho de 2022, autorizou a adoção desses créditos para a liquidação de 70% da dívida após descontos.

Mas existem limites. Além de ser a última "moeda" aceita nas transações, esse crédito só pode ser utilizado para pagar débitos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação, segundo a Portaria PGFN nº 6.757.

A regra, que passou a valer em agosto de 2022, beneficia empresas que, por avaliação da Fazenda Nacional, têm rating "C" ou "D", e aquelas em recuperação judicial ou extrajudicial.

A autorização para o uso de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nas transações individuais simplificadas de devedores em recuperação judicial ou extrajudicial passou a valer este mês, com a edição da Portaria PGFN nº 1.241. Até então, não havia essa possibilidade nessa modalidade de transação - direcionada a contribuintes com dívidas de R\$ 1 milhão até R\$ 10 milhões.

A PGFN, em nota ao Valor, justifica o limite. Afirma que quando o objeto da negociação é a dívida ativa, o uso desse benefício excepcional exige a irrecuperabilidade do crédito. "É que, do contrário, haveria renúncia de receita porquanto o crédito, a partir do critério objetivo que é a capacidade de pagamento (Capag), seria recuperável", diz.

A classificação da Fazenda Nacional sobre a capacidade de pagamento do contribuinte tem sido o ponto sensível nas transações, dizem advogados tributaristas.

Em um contexto de questionamentos sobre o assunto, a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional decidiu tornar mais transparente o cálculo realizado para medir a capacidade de pagamento dos contribuintes.

Também vai abrir, no site do órgão, um caminho para que possam questionar os enquadramentos.

As mudanças estão na Portaria PGFN nº 1.241.

"As alterações dão ao contribuinte mais chances de alterarem seu rating, de forma a possibilitar a utilização do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL", afirma Sergio Villanova Vasconcelos, que aponta ainda situações de clientes que possuem rating alto, mas não têm liquidez para conseguir quitar as dívidas.

Os advogados do Buttini Moraes também analisaram o conteúdo dos acordos em que houve sinal verde para uso de prejuízo fiscal. Apenas quatro das 66 transações firmadas este ano não fazem qualquer referência à capacidade de pagamento do contribuinte.

Na maioria dos casos (65%), há classificação dos débitos como irrecuperáveis ou de difícil recuperação. Em outros 28,3% há menção de que a situação econômica do contribuinte foi levada em conta.

O advogado Paulo Henrique Gomes da Costa, do Medina Guimarães Advogados, entende que os critérios para uso dos créditos deveriam ser mais objetivos.

"Criaria um direito para o contribuinte.

Hoje, é subjetivo, é uma possibilidade outorgada à procuradoria", diz. Em muitos casos, acrescenta, "o que está na análise da procuradoria não reflete a realidade e o dia a dia do contribuinte".

Segundo Richard Edward Dotoli, sócio do escritório Costa Tavares Paes e professor na FGV-RJ, o empresariado tem resistido a fazer desembolsos de caixa diante de incertezas econômicas. Ele cita as indefinições sobre aumento de receita para cobrir o rombo das contas do governo e da alíquota do imposto sobre bens e serviços depois da reforma tributária.

"É preciso que venha do governo o estímulo capaz de convencer o contribuinte a sacrificar o fluxo de caixa", afirma.

A Fazenda Nacional diz que "está perpetuamente atenta às necessidades e oportunidades na promoção da justiça fiscal, o que também envolve maior estímulo à celebração de transações".

Cita que, desde o início das transações em 2020, mais de 1,9 milhão de acordos foram fechados, com valores que chegam a meio trilhão de reais. "Esses dados demonstram o grande sucesso e aceitação do instituto da transação tributária pelos agentes de mercado e pela comunidade jurídica", diz.

"Empresariado tem resistido a fazer desembolsos de caixa diante das incertezas" Richard E. Dotoli

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187695?page=1§ion=1>

Fazenda abrirá negociação sobre PIS/Cofins



Beatriz Olivon

Medida relevante para a arrecadação pretendida pelo Ministério da Fazenda, a resolução de discussões tributárias no Judiciário ou na esfera administrativa por meio de acordos (transações) deverá ser retomada ainda neste ano. Um dos primeiros assuntos que poderão ser negociados deverá ser o que trata do conceito de insumo para créditos de PIS e Cofins, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O órgão pretende liberar em 6 de novembro, para consulta pública, o primeiro edital sobre transação de tese do contencioso. Após a consulta pública, com prazo inicial de cinco dias, será publicado o edital, que dará prazo de 90 dias para adesão. Ainda não há estimativa de qual o valor a ser recuperado.

De acordo com a procuradora-geral Anelize de Almeida, a PGFN está analisando as teses para a transação do contencioso junto com a **Receita Federal** e o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Por ora, acrescenta, há apenas a indicação de um tema, o que trata do conceito de insumo para PIS e Cofins.

O direito a créditos já foi definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mesmo assim, não há uma definição para o assunto que se aplique automaticamente a todos os contribuintes.

Diferentemente de outras transações sobre teses do contencioso que foram abertas - englobando

autuações decorrentes de pagamento de participação nos lucros e resultados (PLR) e amortização de ágio -, agora o contribuinte poderá optar por transacionar apenas um processo, sem vincular todos os demais sobre o assunto.

De acordo com Alberto Medeiros, sócio do Carneiros Advogados Associados e professor de direito tributário no IDP, a questão de insumos para créditos de PIS e Cofins é uma das maiores responsáveis pelos conflitos entre contribuintes e Fisco.

"Uma transação sobre o assunto atingiria muitos contribuintes, com as mais diversas discussões." Medeiros afirma que, em algumas situações, o contribuinte tem mais certeza de que o direito a crédito está mais perto do que o STJ decidiu. Mas, em outras, acrescenta, pode estar mais distante e ser necessário realizar perícia. "Deve haver interesse [na transação] porque vai trazer benefício para diversos contribuintes, que vão trocar o risco de um resultado negativo em ação judicial pelo pagamento com condições mais vantajosas", diz.

O artigo 195 da Constituição Federal prevê a não cumulatividade. O artigo 3º das leis do PIS e da Cofins - nº 10.833, de 2003, e nº 10.865, de 2004 - também trata do assunto.

Para as empresas, as leis impuseram restrições ao direito de crédito.

O STF decidiu que as empresas não têm direito amplo e irrestrito a créditos de PIS e Cofins. Em novembro de 2022, os ministros reconheceram a constitucionalidade das leis que regulamentaram a não cumulatividade desses **tributos** - que preveem limitações. A decisão evitou rombo que era estimado pela União em R\$ 472,7 bilhões (RE 841979).

Por causa do entendimento do STF, as empresas ainda se baseiam no precedente de 2018 do STJ. Os ministros definiram que se deve levar em consideração a importância (essencialidade e relevância) do item para ser caracterizado como insumo e gerar créditos. Essa decisão tem servido de parâmetro para julgamentos de casos individuais.

"Teses estão sendo analisadas junto com a **Receita Federal** e o **Carf**" Anelize de Almeida

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187695?page=1>

§ion=1

A conta-gotas



Pendências. Interlocutores do Planalto nutrem a expectativa de que um encontro entre Lula e Lira ocorra esta semana para destravar o impasse em torno das indicações para o comando da Caixa

O QUE ESTÁ EM JOGO

QUEDA DE BRAÇO CARGOS EM NEGOCIAÇÃO

Caixa

Apesar de já haver um nome de consenso para o comando do banco, definido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, e seu grupo político, o Palácio do Planalto tem segurado a indicação, o que causa insatisfação no Centrão.

Funasa

O Planalto avalia deixar somente para o ano que vem a indicação para a chefia da Funasa, disputada por PSD, Republicanos e União. O adiamento seria uma forma de o governo aparar as arestas com as legendas, mas a demora também desagrada a base.

CONGRESSO EM MARCHA LENTA

Nas duas últimas semanas, desde que os presidentes da Câmara e do Senado viajaram, o Parlamento não teve votações em plenário e "funcionou" somente nas comissões

ATAQUES GOLPISTAS

CPI do 8 de Janeiro aprovou relatório final pedindo indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 60 pessoas.

COTAS NAS UNIVERSIDADES

A CCJ aprovou projeto que prorroga por mais dez anos as cotas em universidades federais.

DEBATES TEMÁTICOS

Foi discutida no plenário do Senado a PEC que restringe pedidos de vista e decisões individuais em tribunais superiores.

AGENDA PRIORITÁRIA DO PLANALTO

Taxação de offshores e fundos exclusivos

Previsão é que Câmara vote hoje.

Reforma tributária

Projeto está no Senado, mas deve voltar para a Câmara.

Subvenção do ICMS

Medida Provisória vence em 30/12, mas será tratada como projeto de lei, que começa a tramitar na Câmara. Ainda sem relatório definido.

Juro sobre capital próprio

Ainda sem relatório definida.

Repatriação de recursos no exterior

Ainda sem relatório definida.

Orçamento 2024

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) está no Congresso desde o fim de agosto, mas o Parlamento sequer aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo prazo era junho.

LAURIBERTO POMPEU E SÉRGIO ROXO

No aguardo de nomeações dos seus indicados para a cúpula da Caixa Econômica Federal, o Congresso indicou ao governo que fará um gesto e vai destravar ao menos parte da pauta que interessa ao Palácio do Planalto. Com a volta ao Brasil do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que estava em viagem oficial na Ásia, líderes da Casa sinalizaram que vão aprovar o projeto de lei que estipula a taxação de offshores e fundos exclusivos, atingindo os "super ricos". A tendência é que o texto seja votado hoje pelos deputados.

Depois, no entanto, parlamentares avaliam impor um freio até que a situação no banco, alvo do Centrão, seja definida. Nas duas últimas semanas, o plenário não teve votações relevantes.

A agenda econômica em tramitação no Congresso é essencial para os planos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que estipulou como meta zerar o déficit nas contas públicas em 2024.

O projeto do titular da pasta é centrado no aumento da arrecadação, e o atraso nas votações põe em risco cerca de R\$ 67 bilhões que o governo espera ter disponíveis no Orçamento do ano que vem.

Há um acordo bem encaminhado para que o primeiro item da lista seja votado hoje.

Há duas semanas, a votação da proposta que trata dos fundos exclusivos e das offshores foi adiada justamente pelo posicionamento de parte dos líderes, que não quiseram levar o tema à votação diante da demora do governo em ceder os cargos na Caixa e também na Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

- Nós vamos votar esse projeto amanhã (hoje). Essa é a perspectiva. Com ele, nós estamos consolidando um conjunto de medidas saneadoras e arrecadatórias para o Brasil voltar a crescer - disse o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

NOVOS PERCALÇOS À VISTA Outras iniciativas da agenda do governo, no entanto, não têm garantia de que irão adiante enquanto persistir o impasse na Caixa. Integrantes da articulação política, área que tem à frente o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), defendem que as indicações sejam destravadas o quanto antes para evitar novos percalços no Legislativo. O presidente Lula, no entanto, ainda não deu sinais concretos de quando vai atender a esta demanda do Centrão.

Interlocutores do Planalto nutrem a expectativa de que um encontro entre Lula e Lira nos próximos dias resolva o impasse. Há também no governo, no entanto, quem avalie que a situação possa se arrastar até o ano que vem, com a substituição da presidente da Caixa, Rita Serrano, e das 12 diretorias do banco sendo efetivadas dentro de uma **reforma ministerial** mais ampla.

O nome defendido por Lira e seu grupo para a presidência do banco é o de Carlos Antônio Vieira, que já foi servidor do Caixa. A indicação já está sendo analisada pelo governo e, a princípio, não há objeções.

Ele é aliado do líder da maioria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e trabalhou como secretário-executivo quando o parlamentar era ministro das Cidades. Vieira também já foi secretário executivo de Gilberto Occhi, que é ligado ao PP, no Ministério da Integração Nacional, e presidiu a Funcef, fundo de pensão dos funcionários da Caixa.

O governo trabalha com o prazo mais elástico para a nomeação por avaliar que a demora ainda não acirrou tanto os ânimos. O entendimento é que a cirurgia de Lula, realizada no fim de setembro, e, em seguida, o conflito entre Israel e o Hamas postergaram uma definição, o que, nesta análise, foi compreendido pelas lideranças do Centrão.

Agora, com o presidente retomando a rotina de despachos no Planalto, as negociações devem ser finalizadas.

Enquanto isso, seguem sem análise final projetos como a Medida Provisória (MP) que trata da subvenção do ICMS, com impacto de R\$ 35,3 bilhões em 2024. O texto foi enviado há dois meses e ainda não teve nenhum encaminhamento no Congresso.

Como há uma disputa entre Câmara e Senado sobre o rito das MPs, a tendência é que o texto seja tratado por um projeto de lei e comece pela Câmara. Por enquanto, porém, não há nenhum relator definido para a iniciativa.

Haddad chegou a expressar desconforto com a paralisação do texto.

-Não se encontrou um entendimento a esse respeito, e nós estamos com esse constrangimento.

Mas vamos superar com o encaminhamento do projeto de lei com urgência constitucional - disse em entrevista à agência Reuters.

Outros textos sem relator são os que tratam dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), modalidade que configura um benefício tributário para as empresas, e a repatriação de recursos no exterior. A própria votação do Orçamento de 2024 ainda não está encaminhada, e o Congresso sequer analisou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, algo que deveria ter feito antes do segundo semestre.

Soma-se a isso o cenário de indefinição na **Reforma Tributária**, que está no Senado e pode passar por mudanças no fundo de compensação aos estados, o que faria o tema voltar à Câmara.

O cenário de vaivém é semelhante ao do final do primeiro semestre, quando a Câmara aprovou a

Reforma Tributária e o voto de qualidade do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

Na época, PP e Republicanos tinham a expectativa de emplacar André Fufuca e Silvio Costa Filho em ministérios.

Apesar disso, a escolha do primeiro para a pasta de Esportes e do segundo para o Ministério de Portos e Aeroportos só aconteceu meses depois, no início de setembro.

Por conta da indefinição, o governo teve dificuldades para aprovar o arcabouço fiscal e a correção do salário mínimo.

A própria aprovação da MP que reestruturou a Esplanada esteve sob risco. A norma foi aprovada pelos parlamentares no fim do limite do prazo.

PT ACENA COM CANDIDATURA Em outro sinal de tensão na relação no Congresso, a presidente do PT, Gleisi Hoffman, disse ontem que o partido vai avaliar a hipótese de candidatura própria na sucessão de Lira na presidência da Câmara, em 2025. O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA); o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP); e o líder do PSD, Antonio Brito (BA), são alguns dos que têm colocado seus nomes para o posto. Os três almejam um acordo com o Planalto para comandar a Casa. (Colaborou Geralda Doca)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad e Braga acenam a estados



EDLA LULA

Na véspera da apresentação do relatório da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, concordou em elevar o valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), conforme sugerido pelo relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

"Vamos ampliar um pouco (o valor do fundo), em um patamar suficiente para atender o pleito.

O importante é votar a reforma agora", disse Haddad, após o encontro com o parlamentar, que ainda sinalizou alíquota diferenciada do novo imposto para profissional liberal.

O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz) apresentou para Braga um estudo apontando a necessidade de ampliação do fundo, de R\$ 40 bilhões aprovado pelos deputados, para algo de R\$ 75 bilhões a R\$ 80 bilhões.

Braga sinalizou que o debate sobre o FDR, a ser criado para estimular o desenvolvimento econômico devido ao fim de incentivos fiscais, deverá se estender para além da apresentação de seu relatório, amanhã. "Há uma proposta e uma contraproposta em andamento. Se até amanhã à noite não houver entendimento, vamos apresentar uma proposta que já foi consolidada com o governo." Nem Braga nem Haddad revelaram os valores em discussão.

"Seis por meia dúzia"

Enquanto senadores estão inseguros quanto aos benefícios das reformas para os estados, especialistas

temem que a nova reforma possa significar apenas a "troca de seis por meia dúzia", do ponto de vista da complexidade e da insegurança jurídica características do atual sistema tributário brasileiro.

Braga pretende protocolar o relatório da **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na noite de hoje, ficando a leitura para amanhã à tarde.

A votação na comissão está prevista para 7 de novembro, considerando que haverá pedido coletivo de vistas na apresentação.

Para a matéria ser aprovada no plenário da Casa, são necessários pelo menos 49 votos favoráveis.

"A proposta seria criar dois **tributos** (CBS e IBS) para substituir cinco (IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS).

Mas com tantas alíquotas diferentes, a reforma troca os cinco atuais por quatro ou cinco. Ou seja, troca seis por meia dúzia. É mais do mesmo", disse o tributarista e vice-presidente da InvestBrasil, Lúcio Bastos.

Para ele, existe o "agravante" da ausência de regulamentação da PEC.

"Quando lemos a proposta, o que mais se vê é a indicação de que os artigos serão regulamentados por lei complementar. Essa insegurança permanecerá por pelo menos dois anos, até a votação dessas leis infraconstitucionais", observou.

A advogada tributarista, Andressa Saizaki, coordenadora do escritório Vernalha Pereira, especializado em infraestrutura, reforçou ainda que há inúmeras lacunas que podem impactar diretamente o setor de Infraestrutura do país, ocasionando, além da judicialização, o aumento tarifário aos usuários. Ela destacou a questão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de longo prazo, que podem chegar a 35 anos. "Esses contratos são baseados em uma equação econômico-financeira, que precisa de um equilíbrio para que sejam perenes no tempo e não fiquem oscilando, gerando discussões judiciais."

Pauta congestionada

A pauta econômica no Congresso foi assunto de reunião também entre Haddad, o ministro das relações Institucionais, Alexandre Padilha, e os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e no

Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido- AP). Além da **reforma tributária**, o governo trabalha para aprovação hoje, na Câmara, do projeto de lei que taxa as grandes fortunas, com mudanças na tributação dos fundos offshore e dos fundos exclusivos. "O ambiente que nós temos na Câmara é o mais positivo possível, inclusive foi firmado um acordo em conjunto com os líderes da base e da oposição para votação nesta semana", disse Padilha, ao término da reunião.

Outra proposta que o governo quer ver deslançar é a que altera as regras de tributação dos incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de subvenções de custeio e investimento. A matéria tramitava na Medida Provisória 1.185, mas por um acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o governo teve que convertê-la em projeto de lei. O texto foi encaminhado com pedido de urgência ontem à noite.

Nomes de novos diretores do BC

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar, nesta semana, mais dois escolhidos para integrar a diretoria do Banco Central. Haddad disse que apresentou os nomes ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em reunião realizada ontem, para que o senador soubesse de antemão sobre o perfil dos indicados, que já têm o aval de Lula.

Os mandatos dos diretores de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, Fernanda Guardado, e de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, Maurício Moura, terminam em dezembro deste ano.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5190/24-10-2023.html?all=1>

Renovação da desoneração é medida urgente (Editorial)

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) voltará a analisar hoje o Projeto de Lei (PL) que prorroga até o final de 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores caracterizados por empregar grande volume de mão de obra. Estão em jogo perto de 9 milhões de empregos gerados diretamente, sem contar aqueles distribuídos pelas cadeias produtivas. Para a programação orçamentária e de investimento das empresas brasileiras, é fundamental a aprovação célere do projeto que substitui a contribuição previdenciária de 20% da folha salarial por outra que varia de 1% a 4,5% do faturamento.

Um governo que quer estimular emprego não deveria mais perder tempo diante das evidências. A redução de encargos trabalhistas, em vigor há mais de dez anos, contribuiu para aumentar a arrecadação previdenciária, enquanto as empresas foram liberadas para investir mais em inovação e tecnologia, ganhando competitividade. É um caminho seguro para o crescimento sustentado de toda a economia.

Entre 2018 e 2022 a contratação de mão de obra cresceu 15,5% nos segmentos desonerados, que incluem transportes, construção civil, infraestrutura, comunicação, calçados, têxtil, centrais de atendimento, telecomunicações máquinas e equipamentos etc.

Nos 13 setores reonerados para compensar a redução de **impostos** sobre o diesel, o aumento foi de apenas 6,8%, segundo análise do grupo Desonera Brasil. Calcula-se que, se a reoneração tivesse sido aplicada a todos os 17 ramos de atividade, 1,6 milhão teriam perdido o emprego.

Causou estranheza que o pedido de vista do Projeto de Lei na CAE do Senado tenha sido feito com aval do governo, apesar do amplo apoio à proposta no Congresso, inclusive na bancada do PT. A demora na tramitação preocupa empresas e lideranças sindicais. Uma mudança drástica na tributação, com o retorno dos 20% de contribuição previdenciária sobre a folha salarial, não afetaria apenas o mercado de trabalho.

Teria efeitos perniciosos também na **inflação**, segundo afirmou em entrevista ao GLOBO o sociólogo José Pastore, da USP, um dos mais renomados especialistas em mercado de trabalho no Brasil. Se houver pressão de custos forte nos 17 setores, a

primeira reação das empresas será repassá-la aos preços.

Ao mesmo tempo, elas dispensarão empregados para reduzir sua operação. Tudo isso, diz Pastore, acontecerá em janeiro caso a desoneração não seja mantida.

Um acidente de percurso foi o contrabando para o texto de uma emenda sem relação com o PL - um "jabuti", no jargão de Brasília - reduzindo de 20% para 8% a contribuição previdenciária dos municípios. Essa emenda apenas prejudica o caixa da Previdência sem criar novos empregos. Deveria ter sido tratada por PL à parte, mas não foi. Como o tempo para que a desoneração continue a valer em 2024 encurtou, ela não pode servir de pretexto para retardar ainda mais a aprovação do projeto.

Ele precisa ser sancionado logo, do contrário a economia sofrerá danos incontornáveis.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento e os investimentos (Artigo)

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

O governo federal lançou o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), importante sinalizador e articulador da retomada dos investimentos brasileiros.

A Formação Bruta de Capital Fixo, total dos investimentos realizados em infraestrutura, máquinas e equipamentos, restringiu-se a apenas cerca de 17% do Produto Interno Bruto (**PIB**) na média dos anos 2020-2022.

A desindustrialização precoce, outra anomalia a ser revertida, provocou a queda da participação da Indústria de Transformação no **PIB** para cerca de apenas 11%. A pauta de exportação brasileira segue cada vez mais dependente das commodities dos complexos agrário, mineral, pecuário e petrolífero, produtos de baixo valor agregado.

Retomar os investimentos é fundamental para o crescimento em bases sustentadas, no bojo da neoindustrialização, fundada na transição ecológica, na digitalização e na inclusão econômica e social.

Nesse sentido, o Novo PAC se associa às várias iniciativas já em curso na retomada do papel imprescindível do Estado, não apenas como operador, mas também na relevante atuação de regulador e fiscalizador e, ainda, como articulador e coordenador do processo. Dentre esses, destacam-se a retomada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ("Conselhão") e o retorno dos bancos e órgãos de fomento públicos, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No âmbito do CNDI, foram definidas seis principais missões, que nortearão a formulação da política industrial para promover a neoindustrialização do país: a) Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; b) Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde no país; c) Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; d) Transformação digital da indústria para ampliar a

produtividade; e) Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações; e f) Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

A nova política industrial em construção estará apoiada em programas relevantes.

O Novo PAC e o Plano de Transição Energética (PTE), entre outros, nortearão a necessária rearticulação das ações em prol do desenvolvimento brasileiro.

No Novo PAC, estão previstos R\$ 1,4 trilhão no período 2023-2026, nas áreas transporte, infraestrutura em geral, cidades, saneamento, inclusão digital, transição e segurança energética, inovação e defesa, educação, ciência e tecnologia e saúde.

Tais iniciativas, e ainda considerando a relativa flexibilidade fiscal proporcionada pelo Novo Arcabouço, são elementos importantes para a recuperação da capacidade de investimento do Estado, que atingiu, no ano passado, o seu menor nível histórico. Vale lembrar que as restrições da Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos) e a visão equivocada do "Estado mínimo" limitaram a participação dos investimentos públicos, os quais são determinantes, dados o seu impacto multiplicador e o efeito demonstração ao setor privado.

Em função da sua relevância, vários países, mundo afora, têm preservado os investimentos públicos fora das metas de desempenho fiscal, de forma a propiciar mais flexibilidade de dispêndios nessa área. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) denotam que vários países, dentre os quais as maiores economias do mundo, como EUA, Reino Unido, Alemanha e Japão, excepcionizam o investimento da regra fiscal ou teto de gasto. No total, 21 países, dentre os 100 que adotam regras fiscais, assim o fizeram.

Além dos já citados, Bulgária, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, Equador, Finlândia, Israel, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Paquistão, Espanha, Tailândia e Vietnã. Destaque-se que o próprio Brasil já adotou a sistemática em passado recente. Seria muito importante retomar a iniciativa como forma de flexibilizar o espaço para a realização de investimentos públicos, tão imprescindíveis para viabilizar o PAC e o

desenvolvimento do país.

» ANTONIO CORRÊA DE LACERDA Professor-doutor da pós-graduação em economia política da PUCSP e conselheiro do Conselho Federal de Economia

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5190/24-10-2023.html?all=1>

O flerte da Argentina com o abismo (Editorial)

Surpreendeu o primeiro turno das eleições presidenciais argentinas, anteontem.

Do terceiro lugar nas primárias de agosto, o ministro da Economia, Sérgio Massa, surgiu como forte candidato à Casa Rosada, apesar de sua notória incapacidade de entregar uma **inflação** abaixo de galopantes 140% no fim deste ano. Isso mostra a força do peronismo, mesmo combatido. Massa disputará o segundo turno de 19 de novembro contra o candidato "antissistema" Javier Milei, que as pesquisas davam como favorito inclusive para vencer no primeiro turno, mas que aparentemente esbarrou no pragmatismo do eleitor. Na eleição de anteontem, pelo visto, o eleitorado escolheu dois candidatos que, ao que tudo indica, vão levar a Argentina ao abismo, mas em ritmos diferentes: pode ser lentamente, com Massa, ou em tresloucada corrida, com Milei.

As polarizadas eleições argentinas não sublimaram o ceticismo em relação à brutal crise econômica e social e à sua origem política. Ao contrário, deixaram como marca a reação de parte dos eleitores contra a pobreza das escolhas impressas nas cédulas eleitorais.

Não surpreende o fato de o comparecimento de 74% dos argentinos aptos a votar ter sido um dos mais baixos desde a redemocratização, em 1983. É inegável a existência de uma fatia do eleitorado desgostosa com qualquer das cinco candidaturas postuladas - entre as quais, as duas escolhidas para o segundo turno.

Se Javier Milei pretendia realmente vencer no primeiro turno com base no voto de protesto, já terá avaliado neste momento a rejeição a sua proposta de eliminar, com uma simbólica motosserra, a classe política tradicional.

Mais ainda a suas ideias de dolarização da economia, de implosão do Banco Central e de privatização da Saúde e da Educação - além de sua defesa a uma ditadura militar que até hoje deixa feridas expostas na sociedade argentina.

Não é desprezível o fato de ir para o segundo turno com o respaldo de 30% dos votos. Salta aos olhos, porém, seu recuo de quase dois pontos percentuais, ante os resultados das primárias, e o aumento de sete

pontos para Massa, com 36,7%.

O fiasco de Patricia Bullrich certamente será creditado a erros cometidos por sua coalizão de centro-direita, Juntos pela Mudança. A começar pela sua própria candidatura. Ex-ministra dos fracassados governos de Mauricio Macri e de Fernando de La Rúa, Bullrich terá atraído com maior profundidade a raiva do eleitorado à classe política, resgatada por Milei dos protestos de 2001 sob o bordão "que tudo se exploda!".

Apesar de propor maior equilíbrio entre ajuste fiscal e preservação da assistência aos mais vulneráveis, a centro-direita saiu-se do primeiro turno encolhida, com 23,3% dos votos, uma perda de seis pontos percentuais desde agosto. Esse eleitorado de terceira via, embora mais disposto a justificar do que a votar, será o alvo de Massa e Milei nas próximas quatro semanas.

Todos os cálculos dos dois presidenciáveis envolverão riscos. Milei já vinha moderando suas promessas mais extemporâneas para a economia, como meio de tornar-se mais palatável.

Os resultados de domingo dão pouco alento a essa manobra e indicam radicalização.

Massa vinha despejando medidas de cunho populista, claramente inflacionárias, e uma forte propaganda nas redes sociais contra seu principal oponente. Aparentemente, terá dado certo. O preço será a taxa de **inflação** a ser conhecida seis dias antes das eleições.

Seja qual for o escolhido em 19 de novembro, está evidente não haver panaceia para a crise argentina. A grande maioria pareceu entender isso ao negar seu voto a Milei no domingo. As eleições legislativas, por sua vez, indicam dificuldade para Massa fazer valer seus projetos sem uma incerta aliança com a centro-direita, depois de o peronismo ter perdido 25 cadeiras na Câmara de Deputados. Milei conseguiu engrossar sua bancada de 3, inclusive ele, para 37 parlamentares.

O horizonte de seu eventual governo é de reprovação de sua agenda - dentro da intocável normalidade democrática.

À crise em movimento na Argentina, soma-se agora o espectro da ingovernabilidade.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Dinheiro nasce em árvore: a revolução verde no PIB é agora (Artigo)

Tulio Portella

O Brasil tem despontado no cenário em que natureza combina com desenvolvimento econômico.

E o que é melhor: capaz de impulsionar parte substancial da nossa pauta de exportações e do nosso **PIB**.

Em 2022, quando a redução do volume de venture capital levou negócios relevantes quase à extinção, os fundos de investimento aportaram internacionalmente US\$ 64 bilhões em soluções climáticas, segundo relatório da Climate Tech VC - o dobro do ano anterior. No Brasil, essa evolução abriga desde investidores anjos a organizações com unidades exclusivas para investir em inovação verde.

As fintechs também encontram terreno fértil. Podem facilitar crédito a empreendedores de impacto, aumentar a transparência, apoiar a sociedade e criar produtos financeiros que fomentem projetos. O País tem condições de gerar cerca de US\$ 17 bilhões em negócios com base na natureza até 2030, conforme dados do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds).

Como poucas vezes, temos boas oportunidades de exibir esse protagonismo dentro de casa. Se há cerca de 30 anos recebemos a Rio-92, com centenas de nações focadas na agenda ambiental, em 2024 o País sediará pela primeira vez o encontro do G-20 - as 20 maiores economias do mundo - no momento em que discutir o tema se tornou crucial e existe disposição de grandes potências para contribuir. Em abril, por exemplo, o governo dos EUA prometeu repassar R\$ 2,5 bilhões ao Fundo Amazônia.

É preciso aproveitar esses espaços.

Enquanto a inteligência artificial ganha manchetes, a "inteligência florestal" também fortalece a economia. Um estudo de entidades de preservação indicou, em 2022, que restaurar biomas, como a Mata Atlântica, pode gerar 2,5 milhões de empregos nos próximos sete anos no País, o equivalente à população de Fortaleza (CE).

A redução a zero do desmatamento ilegal na Amazônia até 2050 e de emissões de CO2 promete

agregar até US\$ 100 bilhões anuais ao **PIB** a partir de atividades agroflorestais.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a participação de produtos brasileiros com origem na floresta é de 0,17% nas exportações, com chance de chegar a 2% nos próximos anos. Além de itens básicos, há mercado para painéis solares, captura de carbono e outras tecnologias.

Segundo a consultoria Bain Company, práticas ESG permitem às empresas crescer até seis vezes mais, dobrar o valor da marca, quadruplicar participação no mercado e multiplicar a fidelização de clientes por três. Será que estamos alinhados para liderar tamanha revolução?

O País tem condições de gerar cerca de US\$ 17 bilhões em negócios com base na natureza até 2030

Tulio Portella Diretor comercial da B T Câmbio, é pós-graduado em Gestão de Empresas Familiares pela PUC-Rio com MBA em Comércio Exterior e Negócios Internacionais pela FGV

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Campos Neto vê impacto de aperto da liquidez global em emergentes



ALEX SILVA / ESTADÃO

Gilson Finkelsztain (à esq.) e Roberto Campos Neto durante o evento

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem que o aperto da liquidez global, em meio aos juros mais altos pagos a investidores de títulos do governo americano, pode afetar as economias emergentes de "forma mais severa". "A barra ficou mais alta. Agora, tem de fazer melhor", afirmou ele, em referência ao esforço de governos para estabilizar as contas públicas.

"O dever de casa ficou um pouco mais difícil, porque a liquidez (de recursos externos) está mais apertada." As declarações foram dadas em evento organizado pelo Estadão e o B3 Bora Investir (site de notícias e conteúdo educacional produzido pela Bolsa em parceria com o Estadão), com apoio da Broadcast e do E-investidor.

O evento também teve a participação do presidente da B3, Gilson Finkelsztain (mais informações nesta página).

Campos Neto disse que, com a redução dos fluxos de capital em direção a países emergentes, o mercado passou a ficar mais exigente em relação ao ajuste das contas públicas.

Nesse ponto, o presidente do BC pdiu a aprovação do Congresso para o pacote enviado pelo governo para elevar as receitas. A equipe econômica prometeu zerar o déficit das contas públicas já no próximo ano - meta que tem sido contestada no mercado financeiro -, mas, para isso, depende de um aumento de arrecadação de R\$ 168,5 bilhões.

A fala do presidente do BC acabou mexendo com o mercado de juros futuro, reforçando tendência de leve alta que havia sido iniciada por ajustes técnicos.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025, por exemplo, estava em 11,045% no fim do dia, ante 11,034% na sexta-feira.

Na leitura de analistas, o BC tem dúvidas sobre fatores que poderiam ajudar na convergência da **inflação** para as metas.

"Ele tem falado bastante sobre a influência do "higher for longer" para o ambiente de países emergentes, e dado bastante atenção a esse ponto e, dado o caráter não transitório, parece que vai ser um limitador para o ciclo de cortes do BC", disse o economista- chefe da Nova Futura Investimentos, Nicolas Borsoi.

Campos Neto repetiu que o governo tem se esforçado em manter um ambiente econômico melhor, citando como medidas nesse sentido a manutenção das atuais metas de **inflação** (depois de forte pressão da chamada ala política do governo) e a aprovação do novo arcabouço fiscal, que vai substituir o modelo de teto de gastos. "Foi feita bastante coisa." ALTA DO CUSTO. Para Campos Neto, é necessário entender o efeito que a alta de juros gera do ponto de vista de liquidez nos mercados. disse ter recebido ontem um gráfico mostrando que o custo da rolagem de dívida das empresas pequenas americanas já está em 10%. "E a gente vê empresas americanas maiores e boas fazendo emissões entre 7,5%, 8%, e você começa a ter o enforcamento da liquidez", disse. Ele destacou que a cada seis meses esses juros ficam mais altos, e, depois, é preciso rolar a dívida.

"E de onde vem essa liquidez?

Primeiro, ela vem do mundo corporativo dos desenvolvidos e, depois, dos emergentes.

É saber o quanto o mundo desenvolvido, por ter uma dívida tão alta, está sugando de liquidez", disse.

"Com liquidez apertada, o dever de casa ficou mais difícil" Roberto Campos Neto Presidente do Banco Central

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juros altos nos EUA limitam espaço para cortes de taxas na AL



Nobre: ciclos de flexibilização em andamento devem continuar, mas com cautela

Eduardo Magossi

A expectativa de manutenção de juros elevados por mais tempo na economia americana já altera os rendimentos de longo prazo de todo o globo e começa a ter impacto também no ciclo de política monetária. Na América Latina, a expectativa é que os cortes de juros possam ter se tornado mais limitados nos países em que o ciclo de cortes já começou.

Naqueles que ainda não o iniciaram, o processo pode ser postergado, segundo estudo do economista Francisco Nobre, da XP.

"O espaço para cortes nas taxas dependerá de onde os juros reais se encontram em relação aos juros americanos e ao prêmio de risco associada a cada país. Os ciclos de flexibilização em andamento devem continuar, mas com cautela, para não reduzir demais o diferencial de juros com os EUA. Se os juros caírem demais em relação aos juros americanos, o dólar dispara e gera pressão inflacionária", diz Nobre.

Intitulado "Como andam nossos vizinhos", o estudo apresenta revisões de projeções para o ciclo de política monetária de alguns países, incluindo o Brasil. Segundo Nobre, embora a situação econômica e a **inflação** no Brasil estejam melhorando, dificilmente o país terá um juro de um dígito no fim do processo de cortes, conforme se cogitava há algumas semanas. A

nova previsão de Nobre é de Selic de 11,75% ao ano no fim de 2023 e LEONARDO RODRIGUES/VALOR de 10% para a taxa terminal no fim de 2024. Para o Chile, a nova previsão é de juros de 8% para o fim deste ano e de 4,50% em 2024. "O Chile é um caso em que, depois de realizar seu primeiro corte de 1 ponto percentual, já desacelerou no segundo corte para 0,75 ponto depois da forte alta dos juros nos EUA", afirma.

Já para o México, que ainda não iniciou seu afrouxamento, os cortes de juros estavam previstos para dezembro, mas agora devem ocorrer apenas em meados do próximo ano. "O México se destaca devido à sua forte integração com os Estados Unidos, economia superaquecida e crescente déficit fiscal, o que deve postergar os cortes para julho de 2024, de acordo com nossas projeções", afirma. "E ainda não temos certeza se o aperto monetário nos EUA já se encerrou ou teremos mais altas." Segundo Nobre, a continuidade do ciclo de aperto monetário nas economias avançadas teve efeito limitado sobre os ativos da América Latina na primeira metade do ano. Essa resiliência pode ser atribuída à resposta rápida dos bancos centrais à alta da **inflação** desde 2021. Apesar de o ciclo de aperto ter se encerrado mais cedo na região, a maioria dos países conseguiu formar uma barreira de taxas de juros reais elevados, evitando que a moeda se desvalorizasse frente ao dólar. Porém, agora, a alta mais recente nas taxas de longo prazo dos títulos do Tesouro dos EUA forçou uma queda nos diferenciais de juros e tornou as moedas latino-americanas mais vulneráveis, elevando o risco inflacionário.

"A desvalorização recente reflete fatores globais e o fortalecimento do dólar e não pode ser atribuída a incertezas domésticas", diz o economista, que acredita que os juros americanos devem começar a pesar mais nas decisões dos bancos centrais locais do que os problemas domésticos de cada país.

"O Banco Central não terá condições de cortar os juros só olhando para o cenário interno", também avalia o sócio e diretor de investimentos da Kairós Capital, Fabiano Godoi. De acordo com ele, não apenas os juros americanos, mas também as guerras e os conflitos estão exercendo pressões inflacionárias que podem significar juros maiores por mais tempo no exterior e menos cortes aqui. "Acredito que ainda

temos espaço para mais três cortes de 0,50 ponto até o início do próximo ano com a Selic parando em 11%. Depois vai ser mais difícil e o BC vai precisar de cautela e analisar bem o cenário de juros dos EUA para não piorar a **inflação**. O BC já está com expectativas de **inflação** de longo prazo desancoradas", afirma.

Para Marcos Mollica, gestor do fundo Opportunity Total, o atual cenário já está fazendo com que vários bancos centrais analisem uma taxa terminal de juros maior e estão reduzindo o ritmo da alta.

"Chile e Polônia já reduziram o ritmo depois os EUA sinalizaram juros mais elevados por mais tempo. E a taxa americana é muito relevante e ela vai impactar nas condições econômicas de cada país", afirma. Antes do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, ter falado em "juros mais elevados por mais tempo" em setembro, segundo ele, a expectativa era de uma taxa Selic abaixo de 9% e uma grande aceleração nos cortes a partir de dezembro.

"Agora não vejo mais uma taxa abaixo de 9% mas não creio que o ritmo dos cortes irá se reduzir no Brasil porque o BC está colhendo os frutos do bom trabalho que entregou com altas agressivas antes de todo mundo", afirma Mollica.

Ele avalia que, até o fim do primeiro trimestre, o BC irá fazer mais três cortes de 0,50 ponto, reduzindo a taxa a 11,25%. "A partir daí entra na dinâmica o déficit fiscal com a discussão da Lei das Diretrizes Orçamentária e dependendo de como ela seguir, impactará nos juros.

Por enquanto a meta fiscal não foi atingida mas existe um esforço muito grande em se atingir a meta e isto é importante", afirma.

Julia Passabom, economista do Itaú Unibanco, afirma que o impacto direto nos países da América Latina com os juros elevados seria uma potencial redução no "carry" [operação que tira proveito do diferencial de juros] se os países seguirem cortando as taxas.

"Isso atrapalha o processo de desinflação e pode mudar o caminho do afrouxamento monetário mas depende das características econômicas de cada país." Para o Brasil, Passabom está mais otimista. Mesmo com os juros elevados nos EUA, a economista prevê que o BC deve cortar a Selic em 0,50 ponto em novembro e acelerando para 0,75 ponto em dezembro, com a taxa caindo para 11,50% no fim de 2023. Já para a taxa terminal a previsão é de 9%. "O impacto dos juros mais altos será limitado, principalmente para o real. O país vive um bom momento, com bom

desempenho de ativos, fluxo cambial forte, balança comercial forte e pressão de risco baixo", diz.

"O Banco Central não terá condições de cortar os juros só olhando para o cenário interno" Fabiano Godoi

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231023/>